

O MOVIMENTO PELO FIM DA ESCRAVIDÃO EM ALEGRETE (1880-1888): EMANCIPACIONISMO E A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA **THE MOVEMENT FOR THE END OF SLAVERY IN ALEGRETE (1880-1888): EMANCIPATIONISM AND PRESS PARTICIPATION**

Márcio Jesus Ferreira Sônego¹

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo analisar os anos finais da escravidão em Alegrete/RS, mais especificamente o período de 1880 a 1888, investigando as manifestações emancipacionistas no município. Nos anos que antecedem a Abolição da escravatura, a conhecida Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, exacerbou-se as manifestações favoráveis à libertação dos escravizados na cidade de Alegrete, através do surgimento do Clube Emancipador e do Jornal Gazeta de Alegrete, que contava com o apoio de diferentes segmentos da sociedade. A análise concentra-se nas notícias que a imprensa divulgava sobre as libertações de escravizados. Composto por políticos, advogados, militares, funcionários públicos, o movimento emancipacionista de Alegrete atuou dentro dos limites da legalidade, um processo de libertação lento, gradual e com a utilização de recursos legais que propiciassem aos senhores proprietários um emancipacionismo legal e formal, evitando assim uma emancipação imediata dos escravizados.

Palavras-chave: Emancipação; Imprensa; Escravizados

Abstract: This work aims to analyze the final years of slavery in Alegrete / RS, more specifically the period from 1880 to 1888, investigating the emancipationist manifestations in the municipality. In the years leading up to the Abolition of slavery, the well-known Golden Law, of May 13, 1888, manifested itself in favor of the liberation of the enslaved in the city of Alegrete, through the emergence of Clube Emancipador and Jornal Gazeta de Alegrete, which had the support of different segments of society. The analysis focuses on the news that the press reported on the liberations of slaves. Composed of politicians, lawyers, military, civil servants, the emancipationist movement of Alegrete acted within the limits of legality, a slow, gradual liberation process and with the use of legal resources that would provide owners with legal and formal emancipationism, thus avoiding an immediate emancipation of the enslaved.

Keywords: Emancipation; Press; Enslaved

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intenciona estudar o surgimento do movimento emancipacionista² em Alegrete³, mais especificamente na década de 1880, analisando como os jornais de algumas localidades da Província do Rio Grande do Sul e do Brasil divulgavam a atuação política dos

¹ Doutorando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Email: marcio.sonego14@gmail.com

² Aqui neste artigo utilizaremos o termo emancipacionista para Alegrete, visto que a partir da pesquisa histórica e o trabalho com as fontes documentais, principalmente os jornais e cartas de alforria temos observado que as iniciativas e ações dos grupos e segmentos sociais que contribuíram com o fim da escravidão em Alegrete deixaram transparecer um caráter legal e moderado, sem radicalismo, evitando conflitos, na qual muitas vezes exigiam a garantia e pagamento de indenização aos proprietários, tanto com pecúlio ou sob condições de permanência dos escravizados prestando serviços para seus ex-senhores. Conforme vamos verificar nas próximas páginas, de forma ampla, a maioria dos emancipadores de Alegrete não tinham como objetivo central propiciar uma abolição imediata e sem restrições para os cativos.

³ Município situado na região da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, sendo que no decorrer do século XIX tinha a pecuária como principal atividade econômica. Conforme Farinatti, em estudo acerca da elite de Alegrete, período de 1825 a 1865, tendo como fonte de análise os inventários, verificou que a mão-de-obra cativa era importante na economia e produção da localidade. Conferir: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

ditos “abolicionistas” alegretenses no processo de libertação e alforrias dos escravizados⁴ em Alegrete. Conforme Angela Alonso (2015), o movimento abolicionista brasileiro pode ser caracterizado como o primeiro e grande movimento social do país. Dessa forma, em Alegrete o movimento emancipador contou com a atuação de diversos agentes e segmentos. Podemos dizer que o emancipacionismo no município de Alegrete teve como marca inicial a fundação do Jornal Gazeta de Alegrete, em 01 de outubro de 1882, fundado por Luiz de Freitas Valle, famoso político da região da campanha, ligado ao Partido Conservador. O jornal teve como propósito a atuação na abolição da escravatura no município e região.

No que se refere ao estudo do processo emancipacionista em Alegrete, a pesquisa no Jornal Gazeta de Alegrete seria uma fonte rica em informações. Entretanto, não existem mais exemplares da coleção para o período que almejamos pesquisar. O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, possui apenas algumas edições a partir de 1893. Também pesquisamos no site da Biblioteca Nacional, na qual possui um acervo digital de jornais, encontramos apenas uma edição do jornal, ano de 1893. Fizemos contato com a direção do jornal em Alegrete, nos informaram que não possuem mais exemplares relativos aos períodos de 1882 a 1900, pois a sede onde funcionava o jornal incendiou no ano de 1959, consumindo que quase todo o acervo.

Sabemos, que muitas vezes o acesso às fontes nem sempre é fácil, mas um trabalho de pesquisa necessita de investigação e insistência. Foi nesse instante que surgiu uma ideia, isso graças ao trabalho da Biblioteca Nacional, que possui um acervo digitalizado de jornais de várias regiões do Brasil. Começamos a pesquisar em vários outros jornais, termos como “Alegrete/RS”, “movimento emancipacionista em Alegrete”, tamanha foi nossa euforia, pois começamos a perceber que existia muita informação sobre o movimento emancipacionista em Alegrete, pois o jornal Gazeta de Alegrete enviava informações para outros jornais, tanto no Rio Grande do Sul, como para outras províncias, jornais como “A Federação”, “Libertador”, “A Constituição”, “Jornal do Comércio”, “O Constitucional”, “Gazeta de Notícias”, “Correio Paulistano”, “Diário do Maranhão”, “Gazeta da Tarde”, entre outros. Dessa forma, começamos a analisar as notícias e relatos dos jornais e combinamos com o cruzamento de um conjunto de cartas de alforria, o que nos fez perceber que é possível acompanhar como foi o processo

⁴ Concordamos com o historiador Ramatis Jacino (2012) e vamos utilizar o termo “escravizados” para tratar os trabalhadores que foram forçados e submetidos a escravidão, visto que qualificar esses indivíduos de “escravos” significa a “naturalização” da sua condição. É mais propício a utilização da classificação “escravizados”, pois explicita que foram levados para essa condição por ação de homens em uma determinada época, representando, assim sendo, uma exceção e não uma condição natural.

emancipador em Alegrete, traçando um perfil dos emancipadores e “abolicionistas”, bem como examinar as condições sob as quais os cativos alcançavam a liberdade.

No que se refere aos clubes e associações emancipadoras em Alegrete, até o momento não encontramos documentos como atas de reuniões, estatutos, nomes de membros e diretoria. O historiador Paulo Moreira (2003) em estudo sobre o escravismo, a experiência negra e o movimento emancipacionista no espaço urbano de Porto Alegre alertava sobre tal situação e dificuldade também para a capital da província, pois:

Entidades privadas, as associações dedicadas à emancipação dificilmente deixaram documentos que possam ser encontrados pelos pesquisadores. Assim, a maioria das informações que possuímos tiveram que ser buscadas em acervos públicos onde – de alguma forma – seus integrantes atuaram ou em jornais ou outros mecanismos que divulgaram as suas atividades. Os estatutos dessas sociedades deveriam ser inscritos em órgãos públicos e aprovados pelas autoridades imperiais, entretanto, não encontramos tais registros (MOREIRA, 2003, p. 106).

Mobilização Emancipacionista em Alegrete: A propagação pela imprensa

O movimento abolicionista no Brasil contou com uma diversidade de atuação e de agentes, provocando uma onda de mobilização que se estendeu por todo o país (SANTOS, 2014). Em Alegrete, o emancipacionismo reuniu sujeitos distintos e articulou também diversos setores. Em nossa pesquisa inicial e pela disponibilidade de fontes dos jornais, percebemos que os periódicos se empenharam em dar autenticidade e um peso político para a libertação dos cativos em Alegrete, construindo uma memória da abolição como dádiva dos abolicionistas. Sobre a opção em trabalhar com jornais enquanto documento histórico, a historiadora Mariana de Almeida Pícoli faz a seguinte consideração:

O meio de comunicação impresso se consagrou como principal veículo de divulgação da propaganda antiescravista. Tais fontes são extremamente ricas, porém perigosas. Mostram-se eficientes na análise sobre a vida cotidiana, uma vez que na imprensa encontra-se registrada a vida dos sujeitos ilustres e comuns em seus múltiplos aspectos. Entretanto, os jornais representam poderosos instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Constituem-se importante meio de intermédio entre a elite e os segmentos populares da sociedade (2009, p. 13)

No dia 10 de julho do ano de 1884, o jornal A Federação⁵, localizado na capital Porto Alegre, periódico do Partido Republicano, publicou uma nota oriunda de Alegrete e que teve

⁵ Conforme a historiadora Margaret Bakos (1982) o jornal A Federação foi o primeiro órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Fundando no ano de 1883 tinha como objetivos principais discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no país. Nas palavras da autora, “por ser muito novo o PRR contava com poucos correligionários, fato que gera dificuldades financeiras iniciais, sanadas pelas

como destinatário o presidente da província. Conforme o relato, no dia 07 de julho de 1884, o clube emancipador de Alegrete libertou “hontem, em sua 7ª sessão, 25 escravos. Total das manumissões 145. – Luiz de Freitas Valle”.⁶ Logo abaixo, na mesma notícia, o presidente da província responde com o seguinte relato: “O serviço relevante que está prestando o Club Emancipador, dentro dos limites da legalidade, é um título de benemerencia para os seus membros e para esse philantropico município”. Conforme o pronunciamento, o clube emancipador de Alegrete estava cumprindo seu papel na libertação dos escravizados, “dentro dos limites da legalidade”, ou seja, um processo de libertação lento, gradual e com a utilização de recursos legais que propiciassem aos senhores proprietários um emancipacionismo legal e formal, evitando assim uma emancipação imediata.

No dia 24 de setembro de 1884, o Jornal A Federação publica mais uma notícia sobre os acontecimentos da emancipação em Alegrete, sendo que “as folhas do Alegrete trazem minuciosa descrição das festas ali realizadas em honra a emancipação total dos escravizados que ali existiam até 7 de setembro. O regozijo popular foi completo”.⁷ Conforme a informação, a escravidão teria “acabado” em Alegrete no dia 07 de setembro de 1884. A data da independência do Brasil foi utilizada como marco do fim do escravismo no município. A historiadora Maria Angélica Zubaran pesquisou sobre a memória social da abolição em Porto Alegre, sendo que:

Uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre, durante a “libertação dos escravos” em sete de setembro de 1884, quase quatro anos antes da abolição nacional e na mesma data da independência nacional. Defendo que as elites políticas regionais construíram um discurso abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia das emancipações condicionais (ZUBARAN, 2009, p. 01).

Percebemos que a elite “abolicionista” de Alegrete construiu uma memória da abolição no município utilizando também a data de 07 de setembro de 1884. Essa memória oficial é tão forte que existe atualmente um placa em bronze que se encontra num obelisco, constando a seguinte descrição: “1884 – A 7 de setembro, a Câmara Municipal de Alegrete proclama a abolição da escravatura no município, sob a liderança de Luiz de Freitas Valle, Barão de

contribuições de correligionários ao jornal, sob forma de ações” (p. 104). Dessa forma, o primeiro número do jornal é impresso somente em janeiro de 1884, tendo na direção Júlio de Castilhos.

⁶ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 10 de julho de 1884, p. 02, edição 157. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 04/09/2019.

⁷ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 24 de setembro de 1884, p. 02, edição 220. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 05/09/2019.

Ibirocay, antecipando-se a lei áurea de 13 de maio de 1888”.⁸ Entretanto, em 1884 foi grande o número de alforrias sob condições de prestações de serviços, na qual os escravizados deveriam ainda permanecer trabalhando para seus senhores (KROB, 2016).

Como a pesquisa ainda está em fase inicial, não temos todas as informações de forma quantitativa, mas podemos parcialmente dizer que foram muitas as liberdades condicionadas em Alegrete no ano de 1884, conforme a seguinte alforria:

Gaspar; pardo; 25; Sr. José Evaristo dos Anjos; dt. conc. 14-10-84; dt. reg. 14-10-84 (Livro 10, p. 74 v). Desc: A carta concede plena liberdade, acompanhando [o senho] o humanitário e civilizador movimento abolicionista [...] com a condição de prestar-me seus serviços por espaço de 5 anos, como se comigo os houvera contratado, na conformidade das leis em vigor.⁹

O senhor José Evaristo dos Anjos em tom de caridade e “acompanhando o humanitário e civilizador movimento abolicionista” concede a “liberdade” para o cativo Gaspar, entretanto, o mesmo, deveria permanecer mais 5 anos prestando serviços. Tal atitude demonstra um gradualismo na libertação e também controle na transferência da escravidão para a liberdade.

No dia 20 de novembro de 1884, mais uma notícia sobre a emancipação em Alegrete, na qual o jornal A Federação publica que “por telegrapha¹⁰ de Alegrete sabemos que o sr. Pedro Gonçalves Caminha, pai do nosso co-religionario político Antonio Caminha, libertou hoje os cinco últimos escravos que possuía”.¹¹ No final da matéria, o jornal escreve “aquelle respeitavel cidadão celebrou com esse acto generoso o seu 74º anniversario natalício. Muito bem”.¹² Como podemos observar, “como dispositivo formador de opinião pública, a imprensa desempenhava sua função pedagógica, pois, ao produzir e veicular discursos sobre o abolicionismo, formava opinião pública favorável ao mesmo” (SANT’ANNA, 2013, p. 94).

Encontramos duas alforrias concedidas em cartório pelo senhor Pedro Gonçalves Caminha no mesmo dia 20 de novembro de 1884, data que foi noticiada no jornal. Entretanto, os cativos Damião e Pascoal deveriam “servir a seu senhor e a seus familiares por mais 5 anos, e que a carta fosse lida em sessão solene no dia 02-12-84”.¹³ Pelo que parece, Pedro Gonçalves

⁸ A placa em bronze está anexada no monumento chamado Obelisco, fica situado na zona leste do município, entre as avenidas Tiarajú e Caverá. O monumento foi construído no ano de 1985.

⁹ Carta de Alforria concedida no dia 14/10/1884 e registrada no dia 14/10/1884. Livro 10, p. 74 v. APERS.

¹⁰ Conforme Angela Alonso (2014) o telégrafo foi uma tecnologia muito importante na época, pois propiciou difusão de notícias e na viabilização de comunicações.

¹¹ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 20 de novembro de 1884, p. 02, edição 268. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 04/09/2019.

¹² JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 20 de novembro de 1884, p. 02, edição 268. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 04/09/2019.

¹³ Cartas de Alforria concedidas no dia 20/11/1884 e registradas no dia 12/10/1885. Livro 2, p. 30 r. APERS.

Caminha adotou uma postura “abolicionista” gradual, sem fugir muito da ordem e da disciplina, entretanto, fez questão de dar publicidade e divulgação para seu ato paternalista-humanitário. Conforme Maria Emília Vasconcelos dos Santos, em estudo sobre o abolicionismo em Pernambuco:

Em linhas gerais, a abolição lenta e gradual mostrava-se, aos homens da época, como um caminho seguro, pois era potencialmente pedagógico no sentido de possibilitar a preparação do cativo para a liberdade. Os senhores amparados pela criação de instituições para treinar e disciplinar a mão-de-obra disponível, poderia efetivar assim a transição sem o perigo da desorganização do trabalho que poderia colocar em risco as fontes de produção da riqueza e a ordem pública (2014, p. 76).

Em fevereiro de 1884, Manoel de Freitas Valle, pai de Luiz de Freitas Valle, presidente do clube emancipador de Alegrete, concede alforria ao cativo Atanásio, “para solenizar o batismo de minha neta, Lucília, filha de Luiz de Freitas Valle, a pedido do mesmo [...] em adesão ao Clube Emancipador de Alegrete”.¹⁴ Luiz de Freitas Valle, como já dissemos anteriormente, foi fundador do Jornal Gazeta de Alegrete em 1882, presidente da Câmara de Vereadores de Alegrete, ligado ao Partido Conservador. Não conseguimos identificar ainda se Luiz de Freitas Valle possuía escravizados, entretanto sua família tinha um número considerável de cativos. Conforme pesquisa de Marcelo Santos Matheus, utilizando-se da lista de classificação dos escravizados para serem libertados pelo fundo de emancipação de Alegrete, o pai de Luiz de Freitas Valle, possuía nove cativos em meados da década de 1870 (MATHEUS, 2012, p. 18). A família do fundador do clube emancipador aparece libertando escravizados em pleno auge da campanha em 1884.

Em nossa pesquisa ainda parcial e conforme já comentamos em parágrafos anteriores do texto, não encontramos documentos sobre a fundação do clube emancipador em Alegrete, entretanto, em nossas análises nos jornais, nas cartas de alforria e pelo período de fundação do Jornal Gazeta de Alegrete, em 01 de outubro de 1882, podemos deduzir que o movimento emancipacionista no município iniciou concomitantemente com o início do jornal, visto que o periódico foi criado com o intuito de divulgar ideias abolicionistas, sendo fundador o também presidente do clube emancipador, o político Luiz de Freitas Valle. Entretanto, parece que o clube emancipador começou a se organizar de forma efetiva em 1883, pois é quando começa aparecer informações nas alforrias, na qual a senhora Luiza Jacques de Freitas concede alforria em setembro de 1883 a cativa Balbina, “mediante o pagamento de 500\$, sendo 300\$ pelo pecúlio da escrava e 200\$ pela Diretoria Provisória do Clube Emancipador”.¹⁵ No mesmo ano,

¹⁴ Carta de Alforria concedida no dia 02/02/1884 e registrada no dia 12/02/1884. Livro 2, p. 12 r. APERS.

¹⁵ Carta de Alforria concedida no dia 06/09/1883 e registrada no dia 15/09/1883. Livro 10. P.44 r. APERS.

aparecem outras alforrias que se referem ao clube emancipador. O senhor João Machado da Silveira Sobrinho aparece em outubro de 1883 alforriando as cativas Máxima e Maria, “desejando animar o clube emancipador de Alegrete”¹⁶ e “acompanhando a corrente abolicionista e para manifestar a minha adesão ao clube”. João Machado ainda deixava explícito que as cartas seriam lidas em sessão solene do clube no dia 02 de dezembro de 1883.

Entretanto o que tem nos demonstrado a pesquisa nos jornais e alforrias, o auge do movimento emancipador em Alegrete foi no ano de 1884, pois é quando aparecem mais notícias nos periódicos e também concessão de alforrias, ainda não possuímos os dados quantificados relativo as manumissões em 1884, mas parcialmente podemos dizer que grande parte das concessões foram condicionadas à prestação de serviços, na qual os escravizados continuavam a trabalhar para seus “ex-senhores”. Tal movimento no município acompanhou o que estava acontecendo na província do Rio Grande do Sul, marcado pelo grande número de concessão de alforrias condicionais em 1884.

No dia 11 de outubro de 1884, o Jornal Gazeta da Tarde¹⁷, periódico da cidade do Rio de Janeiro, noticiava que “no Alegrete, Rio Grande do Sul, realizou-se a 13 um espectáculo em favor da liberdade dos captivos do município, partindo a idéa da oficialidade do 18º de infantaria, cadetes e inferiores do mesmo batalhão”.¹⁸ Conforme a notícia, provavelmente o espetáculo aconteceu no dia 13 de setembro, sendo que a ação foi organizada por membros do exército. Pelo relato do jornal, conseguimos verificar ideias e ação de grupos distintos em ações que procuravam libertar os escravizados.

Todo o debate presente nos jornais e nas ruas estimulou, entre outras medidas, a organização de atividades para arrecadar pecúlio para promover alforrias a ações de liberdade na justiça e potencializar o movimento de libertação dos escravos, que na década de 1880 já havia se tornado uma causa popular (SANTOS, 2014, p. 63).

No livro de Cláudio Orandi Rodrigues (1982) aparece uma nota na qual relata que o abolicionista e intelectual do município de São Borja, Aparício Mariense, que escreveu o drama “O Filho de Uma Escrava” levou o espetáculo para Alegrete e em outras diversas localidades, segundo o autor, a peça foi oferecida para várias sociedades abolicionistas do Brasil. Conforme Angela Alonso (2015) o uso do espaço público do teatro foi utilizada de forma constante para

¹⁶ Cartas de Alforrias concedidas no dia 23/10/1883 e registradas no dia 30/11/1883. Livro 10, p 45 v. APERS.

¹⁷ Conforme a pesquisadora Lusirene Celestino França Ferreira (2010), o jornal Gazeta da Tarde começou a circular em meados de 1880/81 sendo um dos mais atuantes e significativo jornal abolicionista do Brasil, em 1883 na redação do jornal foi fundada a Confederação Abolicionista. O jornal teve como editor e proprietário o abolicionista negro José do Patrocínio.

¹⁸ JORNAL GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 11 de outubro 1884, p. 02, edição 238. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 05/09/19.

a propaganda abolicionista no Brasil. No dia 10 de dezembro de 1884, o jornal A Federação relata que o jornal Gazeta de Alegrete noticiava que no dia 27 de novembro do mesmo ano aconteceu “o regresso dos srs. Ignacio Baptista de Freitas e João Pedro de Medeiros, que, com o sr. Patricio Lino de Farias haviam seguido para o 3º districto, em comissão do Club Emancipador de Alegrete, no intuito de promoverem a libertação completa do districto”.¹⁹ O distrito mencionado é provavelmente a região conhecida como Durasnal. Conforme a historiadora Maria Helena Machado, em pesquisa sobre os movimentos sociais na década da abolição (1880), principalmente na região de Campinas:

Penetrando nas senzalas e eitos, desde os princípios da década, os setores mais avançados do abolicionismo se esforçavam por estabelecer pontos de contato entre a inquietação escrava das fazendas e a movimentação das cidades. Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas, foram aspectos do transbordamento do movimento abolicionista das cidades em direção às fazendas (MACHADO, 2010, p. 27).

Em Alegrete, parece que esse movimento abolicionista não foi tão radical assim, pois os integrantes do clube emancipador tentaram agir de acordo com a legalidade e formalidade, conversando diretamente com os senhores de escravizados para que possibilitassem a concessão de alforrias aos cativos. Pela notícia, podemos perceber que se utilizavam de uma ação paternalista e humanitária,

No desempenho d’essa missão encontraram o mais generoso acolhimento dos proprietários de escravos ali residentes, conseguindo com esse auxilio brilhante resultado, que, honrando a comissão, atesta ao mesmo tempo os elevados sentimentos humanitários dos honrados habitantes d’aquella parte do nosso município.²⁰

Conforme o autor Robson Martins em estudo sobre imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo,

De início, os anúncios nos sugerem que os senhores, com os seus atos “humanitários”, estavam contribuindo para a nobre causa da emancipação dos escravos. No entanto, eles realmente procuravam proteger os seus interesses porque, naquela época, a escravidão já estava desmoralizada e, por conta disso, os escravistas também queriam dar satisfação à sociedade livre para não permanecerem tão desmoralizados diante dela. Os motivos variavam de acordo com a ocasião: aniversários, casamentos, nascimentos de filhos, comemorações natalinas ou, até mesmo, falecimentos justificavam a concessão de alforrias. Esta era uma das poucas estratégias que os senhores ainda dispunham para preservar algum domínio sobre seu ex-escravo (MARTINS, 2002, p. 200).

¹⁹ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 10 de dezembro de 1884, p. 02, edição 284. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 09/09/2019.

²⁰ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 10 de dezembro de 1884, p. 02, edição 284. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 09/09/2019.

Pela notícia do jornal, podemos constatar que o Gazeta de Alegrete fazia questão de considerar os proprietários de cativos e também os membros da comissão emancipadora como “os redentores” da emancipação escrava no município, mostrando que a emancipação estava alcançando êxito e sendo bem-sucedida. No mesmo relato, o jornal informa que a comissão dividiu o trabalho, “conseguindo o sr. Ignacio de Freitas, thesoureiro do club, setenta e seis cartas de liberdade, o sr. Medeiros quinze e o sr. Farias, tendo já enviado algumas, nos dará em breve o resultado de seu esforço”.²¹

Nossa intenção na pesquisa não é desconsiderar as ações dos ditos emancipadores de Alegrete e nem os enaltecer, estamos tentando mostrar que o emancipacionismo no município teve diferentes formas, intenções e significados. A memória construída da dita abolição antecipada em Alegrete deixou de fora a atuação, resistência e capacidade de articulação dos escravizados na luta pela liberdade. Conforme aconteceu em outras localidades do país na década de 1880, para nosso período de estudo, não encontramos documentos que mostrem tentativas de revoltas escravas coletivas em Alegrete. Entretanto, a agência dos escravizados, ações e estratégias em busca da liberdade e pelo fim do cativeiro “esteve, lado a lado, com outros setores populares e militantes, participando de ações coordenadas ou espontâneas, e que juntos vêm ressignificando o papel da abolição no Brasil” (SOBRINHO, 2018, p. 98).

Voltando ao relato do Jornal Gazeta de Alegrete sobre a comissão emancipadora que em novembro de 1884 percorreu o distrito do Durasnal e conseguiu convencer alguns proprietários de escravizados a libertarem seus cativos, podemos supor que muitos senhores estavam preocupados com uma abolição que respeitasse os princípios da propriedade privada e com indenização. Na mesma localidade do Durasnal, o cativo Germano teve sua carta de alforria registrada em cartório em março de 1885, “concedida mediante o pagamento, pelo escravo, de 500\$”²² para Marcos Pereira da Silva. O cativo Germano não foi agraciado com a liberdade de forma gratuita, teve que pagar em pecúlio para conseguir a libertação, não foi uma “dádiva” do senhor e sim uma conquista do próprio cativo que com todo um esforço conseguiu abreviar seus dias de cativeiro. “Na verdade, tanto os libertos quanto os cativos estavam usando as armas disponíveis. Fugindo, planejando insurreições ou agindo dentro da ordem, eles interferiram ativamente no processo de emancipação” (MARTINS, 2002, p. 202).

Por mais que se empenhasse, parece que o Clube Emancipador de Alegrete contou com alguma resistência por parte de alguns proprietários de escravizados, que ainda tinham

²¹ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 10 de dezembro de 1884, p. 02, edição 284. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 09/09/2019.

²² Carta de Alforria concedida no dia 22/02/1884 e registrada no dia 06/03/1885. Livro 02. P.18 v. APERS.

dificuldades em acabar com o escravismo no município. Conforme informação do jornal A Federação no dia 14 de janeiro de 1885, a Gazeta de Alegrete publicava a seguinte notícia:

Tivemos denuncia que n'esta cidade e em alguns quarteirões do 3º districto existem indivíduos considerados captivos, enquanto que seus nomes não figuram em nenhuma das nossas repartições publicas. Póde que este facto seja a consequência de uma descuido, não tendo os interessados feita a necessária averbação da matrícula, pelo que se acham obrigados a multa de cem mil réis; mas também, se há fundamento na denuncia, quem nos diz que ella não envolve a clara indicação da existência de um crime digno de severa repressão? Fazendo com vistas as autoridades do termo, pedimos providencias que venham esclarecer e tranquillisar os espíritos sobre esta grave questão.²³

Ao que parece indicar, alguns senhores alegretenses tentaram assegurar a mão-de-obra cativa até os últimos momentos, sem querer perder a propriedade privada, tais proprietários resistiram em aderir ao sentimento abolicionista proclamado em Alegrete pelo Clube Emancipador. “O fato é que os senhores se achavam árbitros de seus cativos. Assim, por muitas vezes, desconsideravam as disposições governamentais acerca da propriedade escrava, quanto ao pagamento de impostos e matrícula, por exemplo” (IRFFI, 2018, p. 158).

No dia 23 de fevereiro do ano de 1886, o jornal A Federação noticia que em Alegrete, o liberto João de Deus “queixou-se a delegacia de policia de Adolpho Telles, de quem é contratado, por ter esse senhor o surrado com um laço. O motivo do facto foi ter ido João de Deus ao campo fazer recolhida, cegára uma mula de Telles. A promotoria deu queixa”.²⁴ Em pleno ano de 1886, o “liberto” João de Deus estava lutando por melhores condições de vida, não aceitando calado o castigo que sofreu, levantando sua voz e descontente com a situação. Conseguimos localizar o processo de João de Deus no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), entretanto, estamos em fase inicial de pesquisa e coleta das informações do processo original, o que não nos permite analisar qualitativamente o documento ainda, mas graças ao trabalho do APERS, o catálogo “Documentos da Escravidão do Rio Grande do Sul/Processos-crime. O Escravo como vítima ou réu”, lançado em 2010, conseguimos identificar que o fato ocorreu, pois o réu, João Telles de Souza, foi acusado de no dia 29 de janeiro, agredir a vítima João de Deus com um laço, sendo que João trabalhava para Adolfo. Conforme o catálogo, a agressão foi motivada porque o réu ficou sabendo que João

²³ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 14 de janeiro de 1885, p. 02, edição 011. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 09/09/2019

²⁴ JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1886, p. 03, edição 044. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso no dia 09/09/2019.

tinha maltratado um de seus cavalos. A conclusão foi a desistência de João no processo. (APERS, 2010, p. 292. Ano 1886 – Processo nº 3391).

Como relatamos, em próximo trabalho, nossa intenção é analisar o processo original de João de Deus, juntamente com outros processos que já estamos pesquisando de forma qualitativa, mas mesmo que já saibamos o final, da desistência de João no andamento do processo, corroboramos com a ideia de Paulo Moreira, que:

Ao pensarem em controlar a massa escrava com a concessão das libertações por contrato de serviço, as elites locais apenas provocaram uma resistência ainda maior e mais eficaz (já que, entre outras coisas, contava com o apoio da opinião pública urbana). Os cativos, ao sentirem brevemente a experiência de viverem em um estágio teoricamente diferente do de cativo, perceberam ainda mais claramente as limitações impostas e a sua repulsa aos contratos forçou parte das elites a reorientarem o seu discurso (MOREIRA, 2003, p. 182).

Considerações Finais

Nossa intenção nessa análise foi buscar problematizar como ocorreu o processo de emancipação dos escravizados em Alegrete, quais foram seus desdobramentos e ações. Por fim, o leitor deve estar lembrado que comentamos sobre a placa em bronze que se encontra num obelisco da cidade de Alegrete, constando a seguinte descrição: “1884 – A 7 de setembro, a Câmara Municipal de Alegrete proclama a abolição da escravatura no município, sob a liderança de Luiz de Freitas Valle, Barão de Ibirocaý, antecipando-se a lei áurea de 13 de maio de 1888”. Vamos ter que concordar com o poeta alegretense Mário Quintana, quem em uma das suas célebres frases diz o seguinte: “Um engano em bronze é um engano eterno”. Fizemos essa breve analogia a frase do poeta, pois fica evidente que ainda existe uma versão oficial de que a abolição em Alegrete aconteceu no ano de 1884.

Dessa maneira, procuramos mostrar neste artigo que a escravidão não acabou em 1884 em Alegrete, não completamente, que os ditos emancipadores e abolicionistas lutaram pela liberdade dos escravizados dentro de uma norma da legalidade, sendo a transição do trabalho cativo para o livre, acontecendo de forma lenta, gradual e conservadora, na qual muitos senhores não queriam o término das relações de dependência do elemento servil. Estamos identificando na pesquisa nos jornais, que muitas eram as ocasiões de festas de liberdade e acentuado desejo e ações de filantropia por parte dos proprietários de escravizados no município de Alegrete. Entretanto, esses atos generosos e caridosos estavam acontecendo através de uma emancipação gradualista e com alforrias condicionais, com cláusulas de prestações de serviços para os escravizados. E podemos dizer que o cenário da abolição em Alegrete tinha muitos outros participantes, os principais e mais interessados, os escravizados. No contexto de

efervescência do movimento abolicionista na década de 1880 no país, os escravizados tiveram iniciativas próprias para obterem a liberdade, interagindo com libertos, senhores e segmentos populares, tendo nos vínculos de sociabilidades e interações, possibilidades de libertarem-se do cativo. Mas este é um tema que trabalharemos em outra ocasião, novos artigos.

Referências

Fontes Primárias

Documentos da Escravidão: catálogo seletivo de cartas de alforria. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. APERS.

Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul: processos-crime. O escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: CORAG, 2010. APERS.

Fontes primárias consultadas em sites

Jornal A Federação. Porto Alegre. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Bibliografia

ALONSO, Angela. O Abolicionismo como Movimento Social. In: **Revista Novos Estudos** **100**. São Paulo, 2014.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

BAKOS, Margaret M. **RS: Escravismo e Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na Província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)**. 2010. 138 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del-Rei). UFSJ. São João Del-Rei, 2010.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884)**. Curitiba: CRV Editora, 2018.

JACINO, Ramatis. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920**. 2012. 204 p. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). USP. São Paulo, 2012.

KROB, Bruna Emerim. “**Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros**”: alforrias, contratos e experiências de trabalho de libertos (Porto Alegre, 1884 – 1888). 2016. 266 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História). UFRGS. Porto Alegre, 2016.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Editora Edusp, 2010.

MARTINS, Robson L. M. “Atos dignos de louvor”: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885 – 1888. In: **Afro-Ásia**. Salvador, 2002.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba**: o movimento abolicionista em Vitória. (1869-1888). 2009. 143 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo). UFES. Vitória, 2009.

RODRIGUES, Cláudio Orandi. **São Borja e sua história**. Coleção Tricentenário, nº 01, 1982.

SANT’ANNA, Thiago F. Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos 1880. In: **Revista Élisée**. Anápolis, 2013.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados dos 13 de maio**: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Tese de Doutorado da UNICAMP. Campinas, 2014.

SOBRINHO, Juliano Custódio. **Sobre um tempo de incertezas**: o processo de abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1800-1888). Curitiba: Editora CRV, 2018.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. In: **Fênix**. Vol. 6. Ano VI, Nº 03, 2009.